

Vetos no Orçamento de 2022

Joyce Luz

No último dia 21 de janeiro o Presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), sancionou a Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, com vetos e cortes de despesas de várias áreas.

Os ministérios do Trabalho e Previdência e da Educação foram os que mais sofreram com os cortes do presidente. No primeiro, o corte total de verbas ultrapassou 1 bilhão de reais. Desse valor, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) foi a entidade mais afetada, com aproximadamente 998 milhões de reais retirados de seu planejamento. Atividades como a administração da entidade, organização dos dados cadastrais dos beneficiários e melhoria da gestão da previdência seguem ameaçadas pela perda de recursos.. Também sofreram severos cortes as atividades ligadas à qualificação dos trabalhadores, aos estudos, pesquisas e produção de informações sobre a geração de trabalho, emprego e renda.

Já no Ministério da Educação, o corte de verbas atingiu a marca dos 800 milhões de reais. As principais atividades afetadas foram: a pesquisa, a Educação Básica e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A área de pesquisa ligada ao ensino superior e à pós-graduação sofreu perda de cerca de 37 milhões de reais. Já os cortes na Educação Básica, e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação totalizam quase 60 milhões de reais e 499 milhões de reais, respectivamente.

Ainda que a Educação e o Trabalho tenham sido as áreas mais atingidas pelos cortes de verbas, é preciso atentar também para o corte que outras políticas públicas importantes sofreram. As atividades atreladas à proteção, reconhecimento e garantia de direitos aos povos indígenas sofreram um corte de aproximadamente 1,9 milhões de reais. Na área de conservação e preservação do meio-ambiente, a perda foi de quase 26 milhões de reais, com destaque para o corte de mais de 16 milhões de reais no combate ao desmatamento. Políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, meio ambiente, e infraestrutura das áreas urbanas também somam cortes da ordem de 350

milhões de reais. E, por fim, a área de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, perdeu quase 86 mil reais.

O que todos esses cortes revelam? Absolutamente nada de novo. Como o Monitor C&T e Universidade divulgou ao longo no ano de 2021, as áreas de educação, pesquisa, defesa das minorias — sobretudo a defesa dos povos indígenas e o combate ao racismo — e a proteção do meio- ambiente nunca foram, neste governo, políticas prioritárias para o Executivo, e tampouco para a maior parte dos representantes do Legislativo. Muito pelo contrário, a manutenção da verba do fundo eleitoral, estimado em 4,7 bilhões de reais, bem como a manutenção dos mais de 16 bilhões de reais a serem destinados para as emendas de relator, nos revelam que a prioridade do Governo Federal em 2022 continuará a ser o cultivo das de relações de clientelismo com os congressistas de sua base. Em suma, o orçamento aprovado por Bolsonaro é a cara de um projeto político que sacrifica políticas públicas essenciais para apostar em uma governabilidade que enfraquece o sistema partidário, pois está calcada em relações personalistas entre o Executivo e os parlamentares.